

Ano XXI • Teresina (PI) - Quinta-Feira, 09 de Março de 2023 • Edição IVDCCLXXVII



- Caso ocorra o encerramento das atividades do empreendimento no decurso da vigência da DBIA, executar as ações para liberação da área no que se refere ao aspecto ambiental e comunicar o fato ao órgão licenciador, que fará a fiscalização para arquivamento do processo.
- Requerer a revalidação da DBIA antes de seu vencimento, evitando assim a continuidade de operação sem a autorização pertinente e a conseqüente aplicação das penas previstas em lei.
- Manter uma cópia desta Declaração de Baixo Impacto Ambiental no local da atividade/empreendimento.

A presente DBIA não isenta o pecuarista a obter às demais licenças ou autorizações pertinentes à obra/atividade.

Bela Vista do Piauí - PI, 07 de MARCO de 2023

Id:089B80B85C1EDE82

Prefeitura Municipal de BELA VISTA DO PIAUÍ



ESTADO DO PIAUÍ PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO PIAUI CNPJ nº 01.612.558/0001-90



DECLARAÇÃO DE BAIXO IMPACTO AMBIENTAL Nº 010 / 2023

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Bela Vista do Piauí - Pl. DECLARA que a(o) Sr.(a) ILDENIRA DA SILVA SOUSA com CPF 752.597.453-53, fica dispensada do licenciamento ambiental para desenvolver as atividades Pecuária e Apícola com Utilização suporte forrageiro na implantação de pastagem e na Dessedentação animal, No imóvel ALTO, município de Bela Vista do Piauí, Estado do Piauí, por tratar-se de atividade geradora de impactos ambientais pouco significativo, conforme Art. 10 da Lei 6938/81, Art. 2º da Resolução CONAMA 237/97 e Art.5º da Resolução CONSEMA 010/2009, sujeitando-se, portanto, à Declaração de Baixo Impacto Ambiental (DBIA).

Esta Declaração possui validade de 04(quatro) anos, contados da data da assinatura, e tem como base as informações declaradas pelo Proponente, constante do Requerimento de solicitação de Declaração de Baixo Impacto Ambiental - DBIA, protocolado nesta Secretaria sob o Processo № 010/2023, de 07 de MARCO de 2023

A isenção aqui declarada não exime o cumprimento de normas e padrões ambientais, nem da fiscalização exercida pelos órgãos competentes, devendo ser obedecidas as condições gerais a seguir:

CONDICÕES GERAIS:

- Dispor de maneira ambientalmente correta os efluentes e resíduos, respeitando as diretrizes estabelecidas nas normas vigentes. O empreendedor deve demonstrar, sempre que solicitado pelo órgão fiscalizador, que não está causando poluição ou degradação ambiental.
- comunicar ao órgão ambiental sempre que surgir algum problema operacional que implique em não conformidade legal, como por exemplo, a necessidade de intervenção em sistema de tratamento/disposição de efluentes face a uma eventual baixa eficiência do mesmo. É recomendável também que, tão logo se tenha o controle da situação, haja nova comunicação ao órgão ambiental, notificando esse controle.
- Comunicar ao órgão ambiental a ocorrência de acidente que interfira com o meio antrópico, fauna, flora ou com os componentes ambientais ar, água ou solo, tais como: derramamento de insumos ou produtos no solo, transbordamento de Estação de Tratamento de Efluentes (ETE), incêndios, explosões, vazamento de gases, desligamento acidental de sistemas de tratamento de efluentes, etc. Essa comunicação busca o início imediato das ações com vistas à reparação dos danos causados. É recomendável também que, tão logo se tenha o controle da situação, haja nova comunicação ao órgão ambiental, notificando esse controle,
- Comunicar ao órgão ambiental a constatação de passivo ambiental que porventura tenha sido omitido durante a fase de obtenção da DBIA ou que tenha sido criado na fase pós-DBIA, apresentando as
- Não executar, à revelia do órgão ambiental, ampliação ou modificação passível de nova DBIA ou mesmo de licenciamento.

Clizangela Colentino de Sauso Etizângela Tolentino de Sousa Secretária de Meio Ambiente e Urbanismo

ld:1518F1F3A5F8E3FC

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO PIAUÍ

01612558/0001-90

DECRETO Nº 29, DE 01 DE AGOSTO DE 2022 - LEI N.0

Abre no orcamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

Artigo 10.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na

importância de R\$1.611.784,46 distribuídos as seguintes dotações:

| Suplementação (+) 1.611.784.46 | | | | | |
|--------------------------------|---|---|---|---------------------------|----|
| 02 | 01 00 | Gabinete do Prefeito | | , | |
| | 23 | 04.122.0401.2003.0000 3.3.90.14.00 500 999 000 | Gestão Transparente DIÁRIAS - CIVIL Recursos não vinculados de Impostos Não se aplica | 3.300,00 F.R.: 1 500 | 00 |
| 02 | 02 00 Sec.Mun. Administração e Planejamento | | | | |
| | 32 | 04.122.0401.2006.0000 3.1.90.04.00 500 999 000 | Gestão Transparente CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Recursos não vinculados de Impostos Não se aplica | 7.500,00 F.R.: 1 500 | 00 |
| | 34 | 04.122.0401.2006.0000 3.1.90.13.00 500 999 000 | Gestão Transparente OBRIGAÇÕES PATRONAIS Recursos não vinculados de Impostos Não se aplica | 40.000,00 F.R.: 1 500 | 00 |
| | 38 | 04.122.0401.2006.0000 3.3.90.30.00 500 999 000 | Gestão Transparente MATERIAL DE CONSUMO Recursos não vinculados de Impostos Não se aplica | 57.554,87 F.R.: 1 500 | 00 |
| | 43 | 04.122.0401.2006.0000 3.3.90.39.00 500 999 000 | Gestão Transparente OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA Recursos não vinculados de Impostos Não se aplica | 140.000,00 F.R.: 1 500 | 00 |

SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃ

strativa e Financeira Eficazes

Recursos não vinculados de Impostos

Recursos não vinculados de Impostos

DIÁRIAS - CIVIL

(Continua na próxima página)

1.100,00 F.R.: 1 500 00

335,00 F.R.: 1 500 00

Diário Oficial dos Municípios A prova documental dos atos municipais

04.122.0401.2006.0000 3.3.90.40.00

04.122.0402.2008.0000

500

999 000

3.3.90.14.00 500 999 000